

DEVIR-SELVÁTICA: LINHAS DE RUPTURA E ADAPTABILIDADE¹

BECOMING-JUNGLEHOOD: LINES OF RUPTURE AND ADAPTABILITY

Dina Maria Martins Ferreira^{*}
Jony Kellson de Castro Silva^{**}

RESUMO

Pretendemos mapear linhas de ruptura e adaptabilidade de um devir-selvática. A articulação teórica versa sobre: a consideração da arte e sua reprodutibilidade técnica, segundo Walter Benjamin; o aspecto iterável da linguagem, operacionalizado por Derrida; e a relação entre agenciamento, subjetivação e devir, de acordo com Deleuze e Guattari. Considerando a prática discursiva de um devir-selvática, vemos processos de ruptura e adaptabilidade para com uma metafísica da unidade.

Palavras-chave: reprodutibilidade, resignificação, agenciamento, subjetivação.

ABSTRACT

We intend to map the lines of rupture and adaptability of a becoming-junglehood. The theoretical framework consisted of considering art and its technical reproducibility, according to Benjamin; the iterability of language as displayed by Derrida; and the relation between assemblage, subjectivation and becoming, according to Deleuze and Guattari. We see processes of rupture and adaptability against a metaphysics of unity when a discursive practice of becoming-junglehood is considered.

Keywords: reproducibility, re-signification, assemblage, subjectivation.

INTRODUÇÃO

Pensar sobre adaptabilidade requer, primeiramente, uma consideração acerca do que entendemos por adaptabilidade. Podemos conceber a adaptabilidade como a capacidade de um ser ou de uma coisa, marcada por dimensões de espaço e de tempo, mostrar-se adaptável; ou, como diria Mey (2006, p. 8, tradução nossa),

* Universidade Estadual do Ceará, UECE, Fortaleza CE, Brasil. dinaferreira@terra.com.br

** Universidade Estadual do Ceará, UECE, Fortaleza CE, Brasil. jkcastrosilva@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-8362-4115>

1. Este artigo faz parte de uma pesquisa maior, que não o torna menos original. Outra produção desta pesquisa está no capítulo “The Adaptability of Becoming”, a ser publicado em livro sob a organização de Jacob Mey e Daniel do Nascimento e Silva, pela editora John Benjamins (Amsterdã, Holanda) em 2019.

quando “cada sistema se adapta ao outro; suas qualidades funcionais, em conjunto”² tornando possível a adaptabilidade. Porém, necessitamos problematizar esse sentido de adaptabilidade quando a pensamos implicada com o *devir*.

O sentido recorrente de adaptabilidade parece pressupor a existência de algo *a priori* a que se adaptar. Assim, “adaptar-se” sugere um movimento de desprendimento de algo que se encontrava fixo. Para com a identidade, o devir faz-se como um movimento de desprendimento, ou melhor, como diferença. Mas uma diferença em si mesma, segundo Deleuze (2006 [1968]), não subordinada como algo negativo em relação à identidade. O devir constitui o próprio movimento da diferença, daí se dizer que devir não é um processo de semelhança, nem de imitação, nem de identificação (DELEUZE; GUATTARI, 2012b [1980]). Devir-mulher, por exemplo, não quer dizer tornar-se mulher, porque *tornar-se* é um processo de subjetivação e de identificação. A partir disso, como pensar a linguagem relacionada a um processo que elege um fazer próprio da diferença em detrimento da predicação da identidade?

Sabemos que existe uma relação entre linguagem, subjetividade e identidade em diferentes perspectivas teóricas que percorrem a história da filosofia e os estudos linguísticos. Essa relação pode ser encarada segundo um ponto de vista *sólido* ou um ponto de vista *fluido*³. Com seu caráter sólido, a linguagem imprime um estatuto de fixidez à predicação; sua base é um pensamento semântico, uma presença de significado e um desvelamento da verdade – como realizado por uma semântica formal. De encontro a isso, o fluido mostra-se como produção constante de sentido, de verdade – uma perspectiva pragmática da linguagem à fixidez da predicação.

Neste texto, mapeamos uma fluidez de sentido com o que chamamos de devir-selvática. O devir-selvática potencializa um devir-mulher, na medida em que se contrapõe a uma política de significação, de subjetivação e de disciplinarização do corpo. O signo, ou marca, *selvática* diz respeito ao pensamento da cantora brasileira Karina Buhr⁴ em seu terceiro disco em carreira solo, lançado no ano de 2015, intitulado *Selvática*. A artista desloca o sentido de selvático atrelado a animais na Bíblia e, por aproximação, à mulher, para um novo sentido. Nas linhas a seguir,

2. Original inglês: *each system adapts to the other; their functional qualities, taken together.*

3. A remissão a esses dois modos de compreensão advém do pensamento de Deleuze e Guattari (2012c [1980]) quando falam sobre a divergência epistemológica entre uma ciência *maior* e uma ciência *menor*, a primeira que se vale do sólido, e a segunda, do fluido.

4. Natural do estado da Bahia, criada na cidade do Recife - PE e vivendo atualmente em São Paulo, Karina Buhr também é compositora, percussionista, artista visual, atriz e escritora. Para mais informações, confira em: <http://www.karinabuhr.com.br/>.

acompanhamos a produção desse sentido em torno do disco; do compartilhamento de sua capa na rede social *Facebook*, em sua divulgação; da censura da rede social à capa do disco; e da multiplicação de um devir-selvática com a ação-arte-manifesto *Selváticas*.

Para tanto, servimo-nos de uma articulação teórica que nos permitiu a elaboração desse mapeamento, pensarmos uma adaptabilidade de um devir. A articulação teórica consistiu na consideração da arte e de sua reprodutibilidade técnica, segundo Benjamin (2012 [1985]); no aspecto iterável da linguagem, como proposto por Derrida (1991a [1990]); e na relação entre agenciamento, subjetivação e devir, de acordo com Deleuze e Guattari (2011b, 2012b [1980]). O que possibilita o diálogo entre esses autores é um pensamento que promove rupturas com o que podemos chamar de *metafísica da unidade*.

Veremos que essas rupturas acontecem em termos de arte, de linguagem e de subjetivação, junto a um processo de repetição. A adaptabilidade de um devir-selvática dá-se com essas rupturas. Para compreendermos como ocorre essa adaptabilidade, discorreremos a princípio sobre a prática discursiva que lhe concerne.

1. CONEXÃO, DISSEMINAÇÃO E INTERVENÇÃO

Aqui, chamamos a atenção para o caráter social e político imanente ao ponto de vista fluído da linguagem: uma questão de política antes de ser linguística (DELEUZE, GUATTARI, 2011b [1980]), considerando a língua uma pura invenção (RAJAGOPALAN, 2014). A língua não é algo natural, mas algo construído politicamente; e sua capacidade de constatação dos fatos do mundo vê-se desestabilizada por seu caráter performativo (AUSTIN, 1975 [1962]) – de que quando dizemos alguma coisa realizamos uma ação social e política. Nessa direção, compreendemos a linguagem como ação e processo em vez de representação e produto (ALENCAR, 2014), havendo uma interconstituição entre sociedade, política e linguagem. Por isso, enfatizamos ao lado dos estudos do discurso – ou da pragmática, como diz Mey (2001) – a perspectiva de compreensão da linguagem como uma prática social.

Levar em conta o discurso no âmbito dos estudos linguísticos possibilita-nos pensar além do puramente textual e linguístico. Ou seja, pensamos sobre a capacidade da linguagem, como prática social, de construir sistemas de crença e conhecimento, relações sociais e identidades. Debitamos essa concepção à Análise Crítica do Discurso (ACD), na vertente proposta por Norman Fairclough (2001), baseando-se no pensamento do filósofo Michel Foucault. Nessa vertente, uma

metodologia para se analisar um evento discursivo compõe-se de uma análise do texto da prática discursiva (produção, distribuição e consumo) e da prática social.

Com um olhar descritivo e interpretativo, a ACD tem como intuito a desnaturalização das práticas de poder perpetuadas pelo discurso, engendradas ideologicamente e hegemonicamente. No entanto, não objetivamos fazer uma análise do discurso como proposta pela ACD, por alguns motivos epistemológicos sobre os quais não nos cabe nesse momento discorrer. Nosso propósito se encaixa no âmbito de uma análise de uma prática discursiva – certamente, relacionada com as duas outras pontas, textual e prática social, se quisermos pensar na esteira dessa tríade. A articulação teórica que nos satisfaz é outra, problematizada com o nosso *corpus*.

Desse modo, pretendemos cartografar a adaptabilidade de um devir. Essa adaptabilidade ocorre através de um *agenciamento* composto de linguagem e corpo. Nesse agenciamento, arrola-se uma prática discursiva em que um devir é ora potencializado, ora bloqueado em favor de uma significação e de uma subjetivação. Cartografar essa “alternância” – esse fazer-se e desfazer-se – concerne ao traçado de linhas de uma adaptação que se move por repetição, gerando rupturas com uma *presença* de significado ou de sujeito. Quando atrelamos essa adaptação a um agenciamento, tencionamos o caráter fluido desses e de outros conceitos relacionados – como o de contexto – e, portanto, cartografamos a prática discursiva de um devir-selvática.

A prática do devir-selvática acontece em tempos de hiperconexão (SANTAELLA, 2013), quando gente, sistemas, animais, coisas e lugares estão todos conectados *por meio* da internet. Assim, torna-se visível uma interação, uma circulação, uma disseminação e uma intervenção discursiva na rede mundial de computadores. A rede passou de estática para dinâmica. *Compartilhar* uma informação em uma rede social é muito mais do que simplesmente compartilhar: repete-se uma informação gerando rupturas, ao menos de contexto. Isto nos leva a pensar na existência do ato *compartilhar-repetir para diferir*.

No início, tomada de páginas fixas, hoje a internet, em suas versões WEB 2.0 e 3.0, apresenta-se com um ambiente móvel, participativo, com várias plataformas de conversação que potencializam um devir e promovem sua adaptabilidade. A internet propaga uma disseminação de sentidos, uma verdadeira multiplicação via dialogismo (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014 [1929]) marcado por um imenso discurso (in)direto livre. Autor e leitor se confundem com o compartilhar-repetir que se altera, compondo um discurso indireto livre: um devir. Mesmo assim,

intervém-se, quando se retira um discurso direto dessa polifonia, por exigência de uma significação e de uma subjetivação.

2. ARTE E REPRODUTIBILIDADE

O filósofo alemão Walter Benjamin (1892-1940) nos traz um conceito que vem corroborar a ideia de adaptabilidade desenvolvida neste texto. É o conceito de reprodutibilidade. Advinda de sua meticulosa análise acerca da arte na era de sua reprodutibilidade técnica, em especial, o cinema, a reprodutibilidade diz respeito ao abandono da *aura* – a obra de arte perde sua aura quando a reprodução técnica se torna parte do fazer artístico. A partir desse novo funcionamento da arte obtido com a reprodutibilidade, questiona-se todo um conjunto de conceitos tradicionais permeados pela ideia de aura.

A autoridade da obra de arte, da autenticidade, desaparece com a reprodução. Antes, poucas pessoas tinham acesso a um quadro, por exemplo: um determinado quadro sob o domínio da igreja católica, na Idade Média, mantinha um valor de culto, usado apenas para esse fim, de ritual. A reprodutibilidade permitiu que mais pessoas tivessem acesso a esse quadro, e que adquira, assim, um valor de exposição. Compreende-se essa aproximação para com a obra de arte no momento em que se torna possível ter uma cópia daquele quadro em casa.

A reprodução expressa uma relação entre uma coletividade como *massa* e uma obra de arte. Em outras palavras, a reprodução estaria para uma relação entre realidade e massa, condizendo a uma nova percepção vinculada a um modo de existência. Essa relação possibilita uma existência massiva da obra – ao invés de uma única, tem-se uma atualização a cada *repetição*. Um dos significados sociais desse movimento é o atrofamento do valor tradicional e patrimonial da cultura, ou seja, em um lado, há a presença da unidade e da durabilidade no polo da tradição, e, em outro, o movimento da transitoriedade e da repetibilidade.

Quando a obra de arte se vale da reprodução, sua função social muda; deixa de fundar-se no ritual e/ou no culto para, agora, fundar-se na política. Benjamin (2012) nos mostra isso com o advento do cinema. No entanto, escrevendo em meados dos anos 1930 – seu texto data de 1935/1936 –, Benjamin atenta para o perigo que essa nova função social da arte acarreta quando seus conceitos estão a serviço de um fascismo. Judeu alemão perseguido pelo nazismo, sabia bem desse perigo ao ver o cinema propagandístico do regime.

Tal como um líder político, um ator de cinema se representa diante de dois aparelhos: um que é responsável pela captação de imagem (a câmara) e um outro, pela

captação de som (o microfone). Em última instância, essa relação de representação se faz para o público, a massa, que, por sua vez, controla invisivelmente o intérprete na gravação, quando ele executa uma cena. No cinema, esse controle advém com o capital cinematográfico que delinea essa relação, criando o culto do estrelato e o culto do público. Então, o fascismo aproveita-se disso para que a massa não tome consciência de classe e questione as relações de propriedade. Tem-se o ditador tal como a estrela de cinema.

Com a reprodutibilidade técnica, o fascismo realiza uma estetização da política, diferente de uma politização da arte que Benjamin (2012) remete ao comunismo. A estetização da política converge para um único ponto: a *guerra*, para preservar a auto-alienação da massa, suas relações de propriedades existentes. Daí a massa assiste a sua própria destruição, e a exigência de uma expropriação do capital cinematográfico torna-se uma prioridade do proletariado.

Outros pontos conceituais somam-se ao destronamento da aura da obra de arte, de sua autonomia e de seu valor de eternidade. A diminuição da distância entre autor e público é um desses pontos conceituais. Com a literatura, a ampliação da imprensa no final do século XIX possibilitou ao público escrever e publicar sua própria crítica acerca do que lia, além do prazer de ler uma obra literária. Outro ponto conceitual também a se destacar é a perfectibilidade, quando uma obra não é mais produzida em um único ato, de uma só vez. Ademais, a reprodutibilidade técnica instigou distração em vez de imersão; dispersão no lugar de recolhimento; e, ainda, uma qualidade tátil a reger uma percepção ótica, como o cinema e seus efeitos de choque no público potencializando estruturas perceptivas. Logo, diz-nos Benjamin (2012, p.180), esses conceitos “podem ser utilizados para a formulação de exigências revolucionárias na política artística”.

3. LINGUAGEM E ITERABILIDADE

No campo dos estudos da linguagem opera um conceito semelhante ao de reprodutibilidade: o conceito de iterabilidade, sobre o qual nos detemos neste momento. Pensada pelo filósofo Jacques Derrida, a iterabilidade é uma condição que permite à linguagem prestar-se à comunicação. Todavia, comunicação que não deve ser entendida na perspectiva de uma mera transmissão de sentido, como extensão da representação de uma *ideia*.

Valendo-se de sua estratégia filosófica, a desconstrução, Derrida (1991a) nos traz esse conceito a partir de um duplo movimento “aplicado” ao par metafísico fala/escrita. Esse duplo movimento consiste em uma *inversão* e em um *deslocamento*, como

parte da estratégia operacional da desconstrução. Assim, servindo-se do conceito de escrita compreendido no pensamento filosófico vigente do logocentrismo⁵, inverte o par hierárquico que condiciona o conceito de escrita, e, ao mesmo tempo, desloca seu sistema de predicados conceituais.

O logocentrismo postula que a escrita nada mais é do que uma espécie de comunicação como transmissão de sentido – extensão de uma ideia –, fazendo-se una e homogênea; além disso, o sentido e/ou a apreensão de intenção de significado ou do falante acontece em um contexto determinável e saturável, o que condiz com toda uma *metafísica da presença* contra a qual a filosofia antiplatônica e antifundacionista de Derrida se volta constantemente. Nesse ínterim, a escrita retém uma modificação contínua e ontológica da presença – escreve-se para um destinatário ausente, em extensão.

Essa ausência pode ir além do destinatário e acolher o emissor, aquele que escreve. Mas, radicalizar essa ausência ao absoluto requer uma não-presença geral – uma não-presença geral que afeta desde os participantes do processo comunicativo, segundo o modelo tradicional, até o horizonte de contexto requerido para a significação. Como diferença (*différance*)⁶ afirmativa, a ausência gera rupturas por meio de uma lógica ligada à repetição e à alteridade. A iterabilidade (*iter*, provavelmente vem de *itara*, ‘outro’ em sânscrito) reflete justamente essa lógica.

A escrita somente é uma escrita quando mantém seu caráter de ação, mesmo na ausência de seu emissor e destinatário. Aqui, façamos uma observação: o que vale para a escrita diz-se para toda a linguagem. Todo signo, ou marca, se for legível, age. Pela legibilidade e pela repetibilidade – a capacidade de uma marca ser repetida ou citada novamente –, rompe-se com toda uma presença encarnada no modelo tradicional da comunicação. Esse pensamento assemelha-se à reprodutibilidade da arte e ao destronamento da aura apontado por Benjamin (2012).

Com a iterabilidade, pressupondo uma *citabilidade* geral, há uma ruptura ou adaptação a novos contextos cada vez que se repete determinada marca. Essa repetição pode acarretar uma conformidade com um regime de significação e/ou uma ressignificação. No primeiro caso, no regime de significação, temos a operação

5. O logocentrismo diz respeito ao desejo exigente por um significado, pelo acesso imediato ao conhecimento, à verdade via razão. Perpetuado pela metafísica ocidental – denominada por Derrida (1973) de *metafísica da presença* –, esse acesso tem como premissa a fala, garantida por sua proximidade da *alma*.

6. Em francês, diferença corresponde à palavra *différence*. Entretanto, Derrida (1991b [1972]) escreve um *a* no lugar do *e*, para enfatizar, pela semelhança fônica existente, um movimento (jogo) responsável pela (re)significação. Desse modo, com a *différance*, o filósofo chama atenção para aquilo que mais lhe importa no pensamento do estruturalismo: a relação entre diferenças, em vez da busca por uma estrutura geral.

da identidade; e no segundo, na ressignificação, a da diferença (*différance*), sendo esta a possibilidade de existência da primeira. Isso ocorre porque a diferença (*différance*) permite que a significação somente se faça *presente* quando uma marca se relacione com outro elemento diferente de si, reservando uma marca do passado, mas possibilitando uma ressignificação por vir.

Entender a comunicação dessa maneira, como ação, faz-nos lembrar do filósofo da linguagem John L. Austin (1911-1960) e de sua chamada teoria dos atos de fala. E Derrida (1991a) entende o funcionamento dos enunciados performativos de Austin (1975) a partir da iterabilidade (Cf. PINTO, 2009). A leitura de Derrida é uma crítica ao que ele nomeia “discurso ético e teleológico da consciência” (DERRIDA, 1991a, p. 34) presente no pensamento do filósofo inglês. Mas considera que o “modelo” de comunicação ensejado em torno dos atos de fala não é o mesmo do pensamento tradicional recorrente na filosofia.

Sua crítica vai em direção à *presença*, que se faz na necessidade de manutenção das circunstâncias pontuadas por Austin (1975) para o sucesso de um ato de fala performativo. Por exemplo, a noção de contexto requerida para o sucesso de um ato de fala performativo é a de um contexto determinável. Nesse contexto, outro elemento vem ainda configurar uma presença: a consciência dos participantes ou interlocutores. Essa consciência apóia uma idealização de uma intenção de significado, uma intenção de falante. Desse modo, há no pensamento metafísico um sujeito intencional, responsável pela comunicação.

Segundo Derrida (1991a), Austin (1975) também deixa de fora de sua teoria o caráter citacional da linguagem, visando ao sucesso de um ato de fala. Para Austin, um ato de fala performativo retirado de seu contexto ordinário e utilizado, por exemplo, em uma cena de uma peça de teatro não funcionaria performativamente. Ou seja, num contexto artístico, repetir/citar não possibilita uma ação performativa da linguagem. De encontro a essa ideia, a iterabilidade nos permite dizer o oposto, marcando um traço estrutural que potencializa todo ato de fala, ordinário ou artístico.

O reconhecimento da iterabilidade como uma estrutura virtual, que se atualiza a cada repetir de uma marca enunciada a uma alteridade e que remete a linguagem a uma questão de efeitos. Efeitos que as *forças* de um ato de fala podem produzir. Efeitos perpetuados pela iterabilidade válidos para pensar questões de linguagem, corpo e gênero, como fez a filósofa Judith Butler (1999) numa leitura feminista, caracterizando-se como outro marco contemporâneo sobre os atos de fala (PINTO, 2009).

4. SUBJETIVAÇÃO E AGENCIAMENTO

Agora, gostaríamos de dialogar com outro pensamento que se faz como uma ruptura com a tradição. Nesse caso, uma ruptura com um pensamento sobre a subjetivação: rompe-se com a ideia de um sujeito uno, racional e autônomo, fincado no modelo cartesiano, moderno. Evidentemente, quando tece sua crítica ao sujeito intencional de Austin (1975), Derrida (1991a) volta-se contra essa *presença* dominante na história da filosofia. Neste trabalho, contudo, dialogamos mais de perto com os filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari, contemporâneos de Derrida.

Assim como Derrida, Deleuze e Guattari fazem parte do que chamamos de filosofia pós-estruturalista – denominação dada pela academia norte-americana aos trabalhos desses autores e de outros, como Foucault, Lyotard e Kristeva –, bastante fomentada na segunda metade do século XX na França. No entanto, melhor do que denominá-los pós-estruturalistas – termo que encerra controvérsias (Cf. NASCIMENTO, 2008) – é chamar sua prática filosófica de filosofia da diferença. Devedores, em certa medida, da filosofia de Friedrich Nietzsche (1844-1900), ambos se detêm de modos bem singulares em torno da *diferença*. No que diz respeito a Deleuze e Guattari, aliam esse pensamento da diferença como afirmação de vida ao conceito de *devenir*. O *devenir* é a afirmação da diferença que não se subordina a uma lógica da identidade.

Contraopondo-se a uma filosofia do ser e da identidade, Deleuze e Guattari (2011b) descartam uma epistemologia moderna que nos apresenta um sujeito que transcende toda experiência ou elemento enquanto objeto. Pela razão, esse sujeito existe e conhece a verdade, segundo uma lógica do pensamento que tem a identidade como princípio. A esse pensamento opõe a ideia de agenciamento, por onde o *devenir* (a própria diferença) pode se fazer como produção de verdade, realidade ou criação de vida. Para isso, o agenciamento prevê uma relação constitutiva ou imanente entre linguagem e corpo, podendo se transformar, *devenir-outro*, a cada conexão com um novo elemento.

Segundo Deleuze e Guattari (2011b), um agenciamento comporta dois eixos, um horizontal e um vertical. Com esses dois eixos, o agenciamento possui uma tetravalência: o eixo horizontal constitui-se de expressão e conteúdo, perfazendo o funcionamento do agenciamento como coletivo de enunciação e maquínico; e o eixo vertical faz-se de lados territoriais que imprimem reconhecimento ou identificação, e de picos de desterritorialização que potencializam territórios a se diferirem. Com o agenciamento, vê-se como uma realidade se constrói, ora engendrada por uma

política que encara a vida a partir de uma lógica da identidade, ora potencializada por uma política que afirma a vida enquanto diferença.

Pois bem, o par expressão e conteúdo de um agenciamento consiste em uma relação entre linguagem e corpo que, mesmo independentes, pressupõem-se. Isso é válido na medida em que um ato de fala é atribuído a um corpo, como variável de um agenciamento. A linguagem é entendida como uma enunciação social, discursiva, e não individual, por isso, uma parte do agenciamento pode ser denominada coletiva. Por sua vez, compreende-se o corpo desde um sentido biológico a uma concepção moral; produz-se maquínico por compor conexões com outros corpos, gerando cortes e fluxos, criação de realidade; assim, maquínico, por ser social e não por apresentar uma qualidade técnica ou mecânica.

Além de compor-se de dois eixos, todo agenciamento relaciona-se com dois planos, ou com duas políticas quanto à vida: um plano de organização e desenvolvimento e um plano de composição e criação. Um agenciamento se relaciona com um plano que preza organização e desenvolvimento quando vigora uma política em torno de uma significação, um corpo e uma subjetivação ideais a uma vida. De outra maneira, quando se relaciona com um plano de composição e criação, vigora uma política que potencializa uma produção de sentido, de corpo e de subjetividade, como um movimento de diferimento para com o outro plano ou política.

Um exemplo: a recente política de casamento civil permitida a homoafetivos, no Brasil. Até então, enquanto território conceitual efetuando um agenciamento, a legislação brasileira em torno do casamento civil não abarcava essa política. Havia um agenciamento que atualizava um plano de organização e desenvolvimento, não levando em conta uma demanda de diferimento; no caso, uma demanda pelo casamento homoafetivo. Em 2013, esse território conceitual sofreu um tensionamento político que o colocou em transformação, um agenciamento voltou-se para um plano de composição e criação: agora, uma nova legislação efetua um agenciamento que reconhece o casamento civil de casais homoafetivos⁷.

A passagem de um plano para outro acontece quando um novo elemento – de linguagem ou de corpo – *encontra-se* com esse agenciamento. Esse encontro pode promover rupturas, resultando em outro agenciamento. Se resulta em um novo, é porque o “anterior” voltou-se para um plano de composição e criação, transformando-se. Deleuze e Guattari (2011b) dizem que uma linha de fuga aí age

7. Referimo-nos, especificamente, à Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) brasileiro sobre o casamento civil para homoafetivos.

– não uma fuga da realidade, e sim a própria criação de realidade⁸. A linha de fuga manifesta o movimento da diferença como devir, o poder de desfigurar-se de um plano ou política que compreende a vida de acordo com valores ideais quanto à significação, ao corpo e à subjetividade.

O agenciamento permite perceber que uma subjetividade, outrora validada como transcendente num projeto moderno, faz-se imanente numa relação permeada por linguagem e corpo; e que, mais do que uma subjetividade, tem-se um processo de subjetivação: quando um sujeito somente é sujeito conforme um agenciamento e sua política.

Portanto, queremos pensar a partir desse conceito de agenciamento uma adaptabilidade de um devir. Essa adaptabilidade, prestando-se como uma adaptação a novos contextos, através de uma reprodutibilidade e de uma iterabilidade. Na próxima seção deste artigo, veremos como isso acontece com a inscrição do signo, ou marca, *selvática* agenciada pela artista Karina Buhr.

5. RUPTURAS E ADAPTABILIDADE DE UM DEVIR

De um ponto de vista tradicional, talvez para o leitor pareça estranha a junção destes dois termos – adaptabilidade e devir –, principalmente se encarmos a noção de adaptabilidade arraigada ao pensamento moderno que prevê a unidade do ser, um sujeito. A princípio, poderíamos dizer que o sujeito se adapta a situações e contextos. Mas, ao concordarmos com essa afirmação, podemos comprar, sem querer, a ideia de um sujeito implicado como presença, ao qual, no decorrer de nossa caminhada conceitual, estamos nos contrapondo.

Não concebemos o ser como um produto alcançado via representação, mas como um processo, ação. Todavia, não se trata de um processo dialético subsumido por uma identidade em princípio. O processo para o qual chamamos atenção diz respeito ao devir como processualidade que gera o novo. O novo advém quando se desloca um determinado par metafísico – se quisermos falar como Derrida (1991a). Assim, por meio de um agenciamento, pretendemos pensar a adaptabilidade em consonância com o devir, entendido como afirmação da diferença não subordinada à identidade.

Nessa perspectiva, detemo-nos, especificamente, em um devir-selvática e em como acontece sua adaptabilidade.

8. Deleuze e Guattari (2011a, 2012a) apresentam toda uma pragmática ou estudo de linhas como valores políticos traçados em um agenciamento. No entanto, dedicamo-nos apenas à exposição da ideia de agenciamento, como importante para a perspectiva analítica neste artigo.

5.1. A inscrição selvática

Selvática dá nome ao terceiro disco autoral de Karina Buhr, em sua carreira solo. Lançado no ano de 2015, *Selvática* foi recebido por boa parte da crítica musical brasileira como um disco feminista. Aqui, não nos cabe fazer um mapeamento desse discurso em todas as letras que compõem *Selvática*. Queremos apenas analisar, ou melhor, *experimentar* – criar pensamento com – a inscrição que nomeia seu disco e perceber – já criando – o devir-selvática que a potencializou. A partir disso, vemos uma reprodutibilidade e uma iterabilidade no processo de adaptabilidade de um devir, como uma adaptação a novos contextos.

Em entrevista à blogueira Cynara Menezes, Karina Buhr (2015, não paginado) nos diz de onde tirou o nome que intitula seu disco:

Este nome eu tirei do Gênesis, da Bíblia, que fala de uns animais selváticos, que são os bichos escrotos: ratos, serpentes, escorpiões. E depois quando entra a mulher em cena, comecei a viajar que ela também seria selvática, por tudo que rolou na história até hoje e como elas são representadas também nestes textos todos: sempre que tem mulher é relacionado à traição, à fraqueza.

Selvática sofreu um deslocamento. A marca foi retirada de um contexto anterior por um processo que, ao mesmo tempo, inverteu e deslocou sua significação. Melhor seria dizer que houve uma multiplicação de sentidos. Essa multiplicação ocorreu pelo caráter iterável que a marca nos permitiu pela sua legibilidade, mantendo-se em ação. A iterabilidade promoveu uma ruptura de contexto, pressupondo uma citabilidade. Temos um novo contexto com *selvática*, quando nos damos conta de que a marca se satisfaz nesse momento de um discurso feminista.

Uma ruptura que não aconteceu somente em nível de contexto, mas também de agenciamento. Percebemos uma adaptabilidade de um devir contra uma subjetivação, implicando uma ruptura de contexto. O agenciamento – do qual podemos elencar alguns elementos, como discurso bíblico, gênero e música – voltou-se para sua face de composição e criação de vida. A mulher, refratada por uma cena de animais selváticos na Bíblia, devém uma guerreira; e *guerreira* passa a ser o novo sentido de selvática.

Percebemos, então, um discurso feminista que, antes de identificar-se como tal, fez-se um devir-mulher. O devir, no pensamento de Deleuze e Guattari (2012b), diz respeito à política da linha de fuga – uma política minoritária, que não significa necessariamente uma política de minoria. São duas coisas diferentes, minoritário e minoria, apontando para uma questão de *estar* e de *ser*, respectivamente. Dessa maneira, para estar minoritário, o devir compõe-se de um duplo movimento: no

primeiro movimento, um *termo* definível subtrai-se à maioria, ou melhor, a maioria coloca em posição de minoria um *sujeito*; e no segundo, o sujeito enquanto termo sai da posição de minoria, sendo *medium* ou *agente*.

Maioria e minoria são políticas de identificação trabalhadas por um pensamento que assume uma identidade como modelo e geridas por agenciamentos que preveem organização e desenvolvimento, como o papel da binaridade de gênero na sociedade. Nessa direção, homem e mulher são entendidos como conjuntos definíveis, segmentos. Por linhas de fuga, a mulher tem de devir-mulher: a minoria deixa de ser um conjunto definível em relação à maioria. E ao devir-mulher, uma mulher devém no instante em que o sentido de devir-mulher também devém. Com isso, presencia-se uma multiplicação de sentidos acerca de *estar* mulher.

O devir-mulher funciona como uma entrada para outros devires (DELEUZE, GUATTARI, 2012b): devir-criança, devir-animal, devir-molecular, devir-imperceptível e tantos outros que desterritorializem conjuntos definíveis, pois devir condiz com uma política de mundo, um devir todo mundo – um construtivismo. Pensando a relação entre linguagem e mundo, dizemos que o devir opera uma perspectiva, uma vez que a diferença consiste em criação de um novo sentido ou realidade, em distância com relação ao que se era. Temos, portanto, um feminismo que não se define por conjunto definível e que se satisfaz de um devir-mulher como potência de sentido, operando uma perspectiva: um devir-selvática, *intensificado* pela iterabilidade de uma marca.

Era para a gente se sentir Selvática. Karina me mandou um pedaço de Bíblia pelo telefone. Pensei, é uma mensagem para a Selvática que nos une e desune. Que arromba os sentidos dialéticos. Eu tinha a poesia de Karina Buhr, a que faz e desfaz todos os nexos, com sua bruxaria pós-humana, antediluviana, hiperurânica. Tinha o som, os elementos da magia. Essa que fez voltar no tempo, no Gênesis para quebrar em pedaços a miséria macabra que inventou a mulher de um pedaço de homem. *Aquele texto pronto pra nos ferrar, ela o rearranjou com brio num clima antigo que ninguém esperava.* (TIBURI, 2015, não paginado, grifos nossos)

5.2. Selvática e Facebook

Como vimos na seção anterior, a inscrição selvática ocorre por meio de um processo de iterabilidade, uma repetição à alteridade via *diferença*, que possibilita a criação do novo. Essa iterabilidade acontece como uma reproduzibilidade, afinal, uma aura se emancipa por uma repetição que provoca rupturas tanto de contexto como de subjetivação. Dessa forma, cartografamos uma adaptabilidade de um devir, como uma adaptação a novos contextos, através de um agenciamento.

Neste momento, experimentemos outro movimento que vem ao encontro desse processo. Esse movimento relaciona-se ao lançamento do disco *Selvática*, em setembro de 2015.

Atualmente, uma prática comum do jogo de linguagem (WITTGENSTEIN, 1999) *divulgação de disco* ocorre em redes sociais digitais. Podemos dizer que se trata de um novo agenciamento, se nos lembrarmos de que, antes das redes sociais, uma divulgação de disco e seu lançamento aconteciam quase exclusivamente por meios impressos, como jornais, revistas e catálogos. Hoje, um artista pode divulgar o passo a passo de sua produção em redes sociais, e muitos dos artistas fazem isso. As redes sociais, em síntese, potencializam aquela aproximação massiva sobre a qual Benjamin (2012) escreveu.

Contrariando uma divulgação esperada e programada pela artista, a capa de *Selvática* foi divulgada por um crítico musical sem sua permissão. Seguiu-se a essa divulgação não permitida a divulgação também de uma das músicas que compõem o disco – a faixa “Eu sou um monstro”, na qual se ouve, imediatamente, um discurso feminista em sua letra, de autoria da cantora, quando nos diz “Hoje eu não quero falar de beleza / Ouvir você me chamar de princesa / Eu sou um monstro”. Mesmo com o problema envolvido, entendemos essas divulgações como ações que, sendo legíveis, atualizam uma estrutura de repetibilidade. Quem recebe essas ações torna-as repetíveis, na medida em que as compartilha na internet, seja nas redes sociais ou em algum *site* específico.

Compartilhar-repetir promove ruptura de contextos em função de uma alteridade. Ligada a esse compartilhamento-repetição e a essa ruptura de contextos, promove-se também uma ruptura de subjetivação. Então, vemos uma multiplicação de sentidos acontecendo através de outro agenciamento. As redes sociais imprimem nova intensidade ao agenciamento por onde age um devir-selvática, configurando outro agenciamento. Nesse caso, a rede social presta-se como um novo elemento, uma nova máquina acoplada a um agenciamento.

Todavia, essas rupturas de contextos e de subjetivação são submetidas a um controle. Quando um agenciamento volta sua face para um plano de organização e desenvolvimento, cortam-se devires em favor de um controle. O controle se mantém com a permanência de uma subjetivação, posicionando-se como mais-valia de poder (GUATTARI; ROLNIK, 1996) – uma subjetivação capitalística, pois é próprio ao capital bloquear devires e transformá-los em produtos, em identidades. Desse modo, a rede social efetua um agenciamento no nível de um *aparelho de captura*.

Tratando-se de *Selvática* e de sua divulgação, a rede social *Facebook* mostrou-se como um aparelho de captura. A capa do disco foi censurada pela rede social, por

consistir de uma fotografia da cantora posando com os seios expostos e com as mãos segurando um punhal (ver Figura 1)⁹. A capa feriu os princípios de um ambiente ideal na comunidade virtual – o motivo alegado pela rede –, princípios de um ambiente ideal que lemos como idealidade de um contexto e de uma subjetivação. O devir-selvática foi censurado pela rede, bloqueando tanto o perfil da cantora que divulgava como os muitos outros perfis de usuários que compartilhavam-repetiam a inscrição do ato pragmático (MEY, 2001) *Selvática*:



Figura 1: Capa do disco *Selvática*, de Karina Buhr

5.3. “Não estamos nuas, estamos sem blusa”

A censura do *Facebook* gerou uma série de postagens nas redes sociais em apoio à cantora Karina Buhr. Além de textos, vários usuários da rede postaram imagens de outros discos que continham imagens de seios expostos, alguns ainda postaram fotos de si estando com os seios à mostra. Até o Ministério da Cultura (MinC), do governo brasileiro, manifestou-se contra a postura da rede social, por meio da página da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC) – órgão que pertence ao Ministério. Porém, o Ministério também sofreu censura, ao compartilhar na rede a capa de *Selvática*, quando se manifestou em favor da artista. A página da SCDC ficou fora do ar por um tempo e seus administradores tiveram seus perfis bloqueados.

9. A fotografia da capa foi realizada por Priscilla Buhr, com figurino de Drica Cruz e maquiagem de Cris Malta; e o design gráfico, por Mozart Fernandes.

Uma idealidade de contexto e de subjetivação propagou-se pelo *Facebook*, além de um regime de significação. Assistimos à efetuação de um agenciamento como aparelho de captura ou dispositivo de poder (DELEUZE; GUATTARI, 2012c). Seu plano de vida se validou por organização e desenvolvimento, sancionando um pensamento moderno. Toda uma máquina binária funcionou por meio desse plano, como uma gramática que nos segmenta em pares definíveis: homem/mulher, adulto/criança, negro/branco e outros; e que nos diz como devemos nos comportar, que significados, corpos e sujeitos são possíveis. O Facebook operou esse aparelho de captura, cortando o devir-selvática anterior que potencializava uma ruptura de significação e contexto, de subjetivação e de corpo. Até aqui, mapeamos dois movimentos para com a adaptabilidade de um devir. Nesta terceira e última parte desta seção, iremos nos deter sobre um terceiro movimento, que engendrou ruptura para com a captura da rede social, na própria rede.

A jornalista Aline Feitosa e o fotógrafo Beto Figueiroa, na cidade de Recife, em Pernambuco, lançaram uma ação-arte-manifesto intitulada *Selváticas*. Na ação-arte-manifesto, 14 mulheres, entre elas Karina, protagonizaram fotografias em que todas estão com os seios à mostra. *Selváticas* surgiu como apoio à artista baiano-pernambucana e à luta pelo direito à liberdade de expressão na referida rede social, contra a sexualização e a disciplinarização do corpo feminino. Aline Feitosa (2015, não paginado), que também teve seu perfil na rede bloqueado ao postar uma foto em que se encontra sem blusa, diz-nos no texto da ação-arte-manifesto que “Não estamos nuas. Estamos sem blusa”.

Mais uma vez, destacamos a repetibilidade da marca *selvática*, rompendo contextos, idealidade de significação, de subjetivação e de corpo. Não nos custa dizer, novamente, que se trata de outro agenciamento. Mas, esse agenciamento atua como uma máquina de guerra (DELEUZE; GUATTARI, 2012c) contra um aparelho de captura. A máquina de guerra caracteriza um agenciamento que se serve do plano de vida de composição e criação, de variação contínua. Enfim, é um plano que deixa passar devires, desterritorializando identificações mantidas por uma máquina binária. Dessa maneira, o devir-selvática efetua uma máquina de guerra e uma criação de mundo, ao mesmo tempo.

Um agenciamento de poder requer uma política de identidade, aceita mais uma minoria do que um movimento minoritário a se esquivar de uma identificação. Isso permite o reconhecimento, quando se subordina a diferença ao jogo político da identidade: o *Facebook* reconhece a mulher como um conjunto definível, ao se satisfazer de um regime ideal de significação, de subjetivação e de corpo, bloqueando um devir como afirmação da diferença. Tudo que não seguir esses regimes deve

ser banido da rede. Daí um devir-selvática como movimento minoritário, contra a existência dessa política de captura.

Este ensaio fotográfico nasce como uma ação-arte-manifesto contra a sexualização do corpo feminino. Vem para questionar a censura dos seios presentes em obras de arte, compartilhadas na rede social mais acessada no mundo. Não estamos nuas. Estamos sem blusa. E é assim que queremos também discutir a democratização das redes, a manipulação de conteúdo na comunicação e o retrocesso causado pelos gigantes que ameaçam controlar a internet, escolhendo qual será o nosso consumo político e ideológico. (FEITOSA, 2015, não paginado)

Segundo Benjamin (2012), a reprodutibilidade técnica da obra de arte sofreu resistência da aura quando a fotografia não se libertou de representar o rosto humano. Representar o rosto humano significou a presença da aura. Contrária a essa presença, podemos dizer que a reprodutibilidade técnica possibilitou uma política de desrostificação, ao se emancipar da aura; a arte ganhou uma refuncionalização, não mais fundada no ritual, mas na política. Assim, se a representação do rosto confere uma presença de aura ou um apego à identidade, desfazê-lo é potencializar uma diferença. Ou seja, se o rosto antes era guiado por uma política de culto, desfazê-lo também é – uma política que se serve da repetição enquanto estrutura que possibilita um diferir.

A técnica de compartilhamento-repetibilidade de que a rede social se utiliza, para se fazer enquanto tal, ancora-se numa política de rosto ideal. Sabemos que é um rosto, ou um perfil, que nos identifica e que compartilha-repete na rede social. Com *Selvática*, vemos que um rosto – enquanto parte de um corpo – não deve ser compartilhado-repetido. Bane-se *Selvática*, porque um rosto que não corresponde a uma idealidade de significado, de corpo e de sujeito; naquele espaço-tempo da rede social, deve ser censurado. Para continuar promovendo um devir-selvática, é necessário se utilizar de um novo agenciamento, como a ação-arte-manifesto *Selváticas*.

Selváticas usa de artifícios para a promoção de rupturas. Ao compartilhar a ação, o leitor agora compartilha no *Facebook* uma marca (um *link* composto de uma imagem) que não traz mais seios de mulheres expostos. O mecanismo permite compartilhar-repetir um devir-selvática na rede social, com isso, a marca *selvática* continuou a ser repetível, gerando mais ruptura de contexto, de significação, de subjetivação e de corpo. Provavelmente, objetar-se-á que a marca não se repetiu do mesmo modo, como antes de ser censurada pela rede social. De certa maneira, concordamos com essa argumentação, pois aponta para a realidade de outro agenciamento, o que remete à adaptabilidade contínua de um devir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com *Selvática(s)*, percebemos o uso que Benjamin (2012) pontua em relação ao quanto os conceitos novos em matéria de arte podem servir para uma prática política, ao valer-se da reprodutibilidade técnica, ou seja, de um processo de repetibilidade, como o que ocorre com a linguagem em seu caráter iterável. Vimos uma repetição que gera rupturas quando relacionada a uma alteridade. Num ambiente móvel e dinâmico da internet – o que não queremos dizer o oposto acerca de um outro ambiente –, potencializa-se essa reprodutibilidade com o ato compartilhar-repetir.

A observação anterior, para não nos referirmos apenas à internet enquanto ambiente móvel e dinâmico, faz-se necessária. Sua necessidade tem como resposta uma adaptabilidade de um devir mapeado a partir de um agenciamento. O devir nos permite pensar num movimento da diferença por meio de um agenciamento, validando composição e criação de realidade; seu bloqueio acontece quando se rompe com essa diferença em favor de um plano de vida que se vale de uma significação, um corpo e uma subjetivação ideais, em organização e desenvolvimento. Nesse sentido, são duas naturezas diferentes em relação, uma *intensiva* e uma *extensiva* (DELEUZE, 2006), à adaptabilidade de um devir.

Uma natureza extensiva opera segmentações, quantidades e identificações. Por sua vez, a intensidade põe em funcionamento a diferença, diferindo-se de si mesma, a cada submissão qualitativa de tempo e espaço, quando se aumenta ou diminui uma capacidade de existência, de devir. Sejamos audaciosos em dizer que essa intensidade opera as rupturas, como uma não-ausência geral (DERRIDA, 1991a) de aura, de significação e contexto, de subjetivação e de corpo. Rompe-se, assim, com uma metafísica da unidade.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, C. N. Pragmática cultural: uma visada antropológica sobre os jogos de linguagem. In: SILVA, D. N.; ALENCAR, C. N.; AUTORA (Orgs.). *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014, p.78-100.
- AUSTIN, John L. *How to do things with words*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1975.
- BAKHTIN, M./VOLOCHÍNOV. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e

- Yara Frateschi Vieira, com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet, com a revisão técnica de Márcio Seligmann-Silva. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012, p.179-212.
- BUHR, K. *A selvática Karina Bubr contra o Faceburca* [Entrevista à Cynara Menezes]. Socialista Morena, 22 set. 2015. Disponível em: <<http://www.socialistamorena.com.br/a-selvatica-karina-buhr-contr-o-faceburca/>>. Acesso em: 25 abr. 2016.
- BUTLER, J. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York, NY: Routledge, 1999.
- DELEUZE, G. *Diferença e repetição*. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. 2. ed. Rio do Janeiro: Graal, 2006.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille plateaux*. Paris, FR: Les Éditions de Minuit, 1980.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 1*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011a.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 2*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011b.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 3*. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012a.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 4*. Tradução de Suely Rolnik. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012b.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 5*. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012c.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.

- DERRIDA, J. Assinatura Acontecimento Contexto. In: DERRIDA, J. *Limited Inc*. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1991a, p.11-37.
- DERRIDA, J. A diferença. In: DERRIDA, J. *Margens da filosofia*. Tradução de Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães, com revisão técnica de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1991b, p.33-63.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães e outros. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- FEITOSA, A. *Selváticas [Ação-arte-manifesto]*. Beto Figueiroa, 21 set. 2015. Disponível em: <<http://www.betofigueiroa.com.br/ensaios/ver/5/selvaticas>>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MEY, J. L. *As vozes da sociedade: seminários de pragmática*. Tradução de Ana Cristina de Aguiar e revisão de Viviane Veras. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- MEY, J. L. Adaptability in Human-Computer Interaction. In: MEY, J. L. (Ed.). *Concise Encyclopedia of Pragmatics*. Oxford, UK: Elsevier, 2006, p.07-13.
- NASCIMENTO, E. Texto, textualidade, contexto. In: SIGNORINI, I (Org.). *[Re]discutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 109-131.
- PINTO, J. P. O corpo de uma teoria: marcos contemporâneos sobre os atos de fala. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.33, p.117-138, jul./dez. 2009.
- RAJAGOPALAN, K. A pesquisa política e socialmente compromissada em pragmática. In: SILVA, D. N.; ALENCAR, C. N.; AUTORA (Orgs.). *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014, p.101-126.
- SANTAELLA, L. Intersubjetividade nas redes digitais: repercussões na educação. In: PRIMO, A. (Org.). *Interações em rede*. Porto Alegre: Sulina, 2013, p.33-47.
- TIBURI, M. Transfeitiçaria musical – ouvindo o novo disco de Karina Buhr. *Revista Cult*, 04 out. 2015. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/transfeiticaria-musical-ouvindo-o-novo-disco-de-karina-buhr/>>. Acesso em: 20 maio 2017.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

Recebido: 17/01/2019

Aceito: 24/06/2019

Publicado: 28/06/2019